VI. Conclusão

Vimos no último capítulo a apresentação de algumas crônicas d'*O Carapuço* e de suas respectivas características textuais consideradas importantes na discussão sobre a identidade nordestina. Cabe a esta conclusão, como foi dito, discorrer sobre o lugar e a relevância do sítio em relação ao tema em questão. Antes, porém, de adentrar diretamente nesta contenda, creio que alguns pontos abordados no corpo desta tese ainda precisam ser comentados. Pontos que não nos afastam do debate, mas que, ao contrário, fortalece-o e lança sementes para argumentos em torno dele.

1.

Observamos no último tópico do segundo capítulo que o advento da cultura de massa inaugurou, inicialmente através da ampliação da imprensa, um processo de dissolução da diferença essencial entre autor e público, aspecto que a cibercultura vem ampliando com grande intensidade. Além disso, vimos também que, ainda na esfera midiática, a comunicação mais ativa entre os diferentes estratos das sociedades foi igualmente estabelecida pela cultura de massa e que a revolução tecnológica na transmissão de dados por meios eletrônicos e digitais (principalmente com o advento da Internet)³²¹, um dos fatores que caracterizam a globalização atual, pode potencializar (e vem em certa medida potencializando) ainda mais este aspecto, ao derrubar barreiras espaciais (nacionais, regionais etc.), promovendo contatos entre as diversas camadas sociais não só de um, mas de vários locais (países, regiões etc.).

Ao longo deste trabalho, no entanto, chamei a atenção de forma crítica para outros aspectos desencadeados pelos novos meios e tecnologias comunicacionais como, por exemplo - ainda no tópico referido acima -, a constituição dos grandes conglomerados de comunicação através de instituições/empresas que se tornaram cada vez mais integradas e despidoradamente monopolistas; e, no primeiro tópico do quinto capítulo, os embates que podem surgir em torno desses contatos transculturais (transnacionais, transregionais, sociais, etc.), tendo em vista que, as formas culturais surgidas neles, são muitas vezes testemunhas de desigualdades e hierarquias que

³²¹ Na bibliografia corrente sobre o assunto, esta revolução é comumente designada pela expressão novas tecnologias da informação e comunicação (ou mesmo por sua sigla, TICs).

regem estas relações e que por elas são propagadas. Diante da complexidade da discussão, dedico os dois primeiros pontos dos quatro que compõem esta conclusão a questões referentes as novas tecnologias da informação e comunicação e, mais enfaticamente, ao ciberespaço.

Um primeiro ponto diz respeito a relação entre estas novas tecnologias, identidade e democracia. Para discuti-lo, transcrevo um parágrafo (editado), escrito pelos os professores Ella Shohat e Robert em obra aqui já citada, que serve como uma introdução:

Opiniões sobre as origens e a evolução das nações sempre se materializam na forma de narrativas. Na concepção de Hayden White, certos “padrões de tropos” narrativos moldam a nossa concepção de história; o discurso histórico, ao fornecer uma estrutura narrativa para uma seqüência de eventos, revela a natureza de tais acontecimentos como processos compreensíveis, representando-os como uma história de um tipo específico... ...O cinema, haja visto o seu papel – por excelência – de contador de histórias da humanidade, adequou-se perfeitamente à função de retransmissor das narrativas e dos impérios, por meio de projeções... ...Antes do cinema, o livro e o jornal representavam comunidades a partir de relações que integravam tempo e espaço. Os jornais – a exemplo dos atuais noticiários de tv – conscientizaram as pessoas em relação à simultaneidade e interligação dos acontecimentos em diferentes lugares, enquanto os romances proporcionaram um sentimento de movimento intencional, ao longo do tempo, de entidades ficcionais unidas em um todo narrativo. Enquanto “épico da burguesia” (nas palavras de Georg Lukács), o romance herdou e transformou a vocação do épico clássico (por exemplo, a *Eneida*) de tal modo a produzir e elevar a identidade nacional, não somente acompanhando, mas também cristalizando a ascensão das nações pela imposição de um *tópos* unitário à heterogeneidade das línguas e multiplicidade dos desejos.³²²

Tendo em vista que no decorrer do século XX o cinema (ou pelo menos boa parte de suas produções) herdou do romance realista do século XIX esta função de produção e engrandecimento das identidades nacionais, como pensar, mais de cem anos depois do advento da sétima arte, na possibilidade de alguma atividade midiática ocupar este papel no contexto atual marcado por novas combinações de espaço-tempo (com o fluxo inédito de conexões entre comunidades - países, tribos, regiões etc. -, através da transnacionalização e desregulação do mercado mundial, da imigração e ainda das novas tecnologias da informação e comunicação) desencadeadas pela recente globalização?

Para responder a esta pergunta, temos que questioná-la na sua matriz cognitiva. Como vimos, a discussão sobre identidade no panorama multicultural contemporâneo

³²² ELLA SHOHAT e STAM, Robert. *Critica da imagem eurocêntrica*, págs. 144 e 145.

tem destacado a importância das migrações e mobilidades, redes e fluxos, instantaneidade e fluidez, levando a nos afastar de qualquer concepção essencialista do termo (isso se não optarmos em colocá-lo “ao limbo de uma tradição desconectada das mutações perceptivas e expressivas do presente”³²³). Em outras palavras, diante da “heterogeneidade das línguas e multiplicidade dos desejos” (multiculturalismo), pensar em identidade como categoria fixa (a nacional, é “apenas” uma entre tantas outras), não tem se apresentado como um bom caminho a ser tomado.

Diferentemente da concepção de identidade que vingou até a modernidade - de caráter mais fixo, consolidadora de instituições e estabelecadora de tradições -, a que vem sendo esboçada no ambiente do multiculturalismo atual tem mostrado que estas características se tornaram limitadas para acolher os múltiplos aspectos da diversidade cultural que, costumeiramente, as tencionam e as rompem nas sociedades contemporâneas (aspectos que não cabem na rigidez do institucional e da tradição). Porém, para que estas tensões e rupturas possam ser melhor costuradas, a parte majoritária das realidades sociais do planeta necessita do desenvolvimento de uma política de ampliação dos direitos e valores universais para as populações que têm vivido fora do alcance destes. Sobre isto, Martín-Barbero, no artigo “Técnicidades, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século” - parafraseado acima, faz a seguinte colocação:

Estamos em nosso pleno direito ao nos negarmos a ter que escolher entre o universalismo herdado da ilustração, que deixava de lado setores inteiros da população, e um diferencialismo tribal que se afirma na exclusão racista e xenófoba, pois essa disjuntiva é mortal para a democracia (M. Wiewiorka³²⁴). Diante da cidadania dos “modernos”, que se pensava e que se exercia acima das identidades de gênero, de etnia, de raça ou de idade, a democracia está necessitada, hoje, de uma cidadania que se encarregue das identidades e das diferenças. Pois a democracia se transforma hoje em palco da emancipação social e política, quando exige que sustentemos a tensão entre nossa identidade como indivíduos e como cidadãos, pois só a partir dessa tensão será possível sustentar coletivamente a outra, a tensão entre diferença e equivalência (igualdade). E sairemos, assim, da ilusória procura de uma reabsorção da alteridade num todo unificado, seja este a nação, o partido ou a religião.³²⁵

No desenrolar deste mesmo artigo, Martín-Barbero destaca que atualmente as mídias e as redes eletrônicas (enfim, as novas tecnologias da informação e

³²³ MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Técnicidades, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século*. In: MORAES, Dênis de (org.). *Sociedade midiaticizada*, pág. 61.

³²⁴ Sociólogo, diretor do Centro de Análise e de Intervenção Sociológicas da EHESS (Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, Paris) e autor do livro *Em que mundo viveremos?*, entre outros.

³²⁵ MARTÍN-BARBERO, Jesús. Op. cit., pág. 66.

comunicação) estão se constituindo como mediadoras cruciais da trama de imaginários que moldam as identidades das cidades, das regiões e dos espaços locais, ao promoverem e possibilitarem a expressão do multiculturalismo contemporâneo (“agente” diluidor dos referentes tradicionais identitários). Mesmo chamando a atenção para o acúmulo de utopias enganadoras que surgem decorrentes da disseminação das TICs (utopias que já foram nomeadas de “aldeia global”, “mundo virtual”, “ser digital” e, segundo o autor, a mais capciosa de todas: “democracia direta”³²⁶), ele argumenta que a utilização destas pode ocorrer de modo alternativo, sendo necessárias para isso mudanças nos mapas mentais, nas linguagens e nos desenhos de políticas, que são cobradas pelas (novas) formas de complexidade que emergem nas sociedades multiculturais atuais. Tomando a própria complexidade que a Internet desencadeia como exemplo (“um contato privado entre interlocutores que é, ao mesmo tempo, mediado pelo lugar público que constitui a rede”³²⁷), Martín-Barbero coloca que no ciberespaço pode ocorrer uma explosão do discurso público, através da sua possibilidade de mobilizar uma soma bastante heterogênea de comunidades, associações, tribos etc., que tanto despejam as narrativas do político (“desde as múltiplas lógicas dos mundos de vida”³²⁸), como despotencializam o centralismo burocrático da maioria das instituições, ativando a criatividade social e a participação dos indivíduos. Ainda sobre a relação das TICs e a discussão sobre identidade, ele a sintetiza de forma categórica:

Na assunção de tecnicidade midiática como dimensão estratégica da cultura, nossa sociedade pode interagir com os novos campos de experiência em que hoje se processam as mudanças: desterritorialização/relocalização das identidades, hibridização da ciência e da arte, dos escritos literários, audiovisuais e digitais, a reorganização dos saberes desde os fluxos e redes, pelos quais hoje se mobilizam não só a informação, mas também o trabalho e a criatividade, o intercâmbio e a aposta em comum de projetos políticos, de pesquisas científicas e experimentações estéticas. Nossa sociedade pode interagir tanto com as novas figuras e modalidades

³²⁶ De acordo com Martín-Barbero: “Estamos diante da mais enganadora das idealizações, já que em sua celebração do imediatismo e da transparência das redes cibernéticas o que se está minando são os fundamentos próprios do ‘público’, isto é, os processos de deliberação e de crítica, ao mesmo tempo que se cria a ilusão de um processo sem interpretação nem hierarquia, fortalece-se a crença de que o indivíduo pode comunicar-se prescindindo de toda mediação social, além de aumentar a desconfiança de qualquer figura de delegação e representação.” MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Tecnicidades, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século*. In: MORAES, Dênis de (org.). *Sociedade midiaticizada*, pág. 69.

³²⁷ Ibid., págs. 69 e 70.

³²⁸ Ibid., pág. 70.

de profissão quanto com as novas formas de participação cidadã que se abrem especialmente à vida local.³²⁹

Ao utilizar a Internet como veículo de uma literatura conflituosa com as forças culturais hegemônicas, colocando atores sociais historicamente excluídos como protagonistas na discussão sobre identidade e, assim, questionando de forma criativa padrões culturais (identitários) instituídos referentes ao Nordeste brasileiro (um exemplo de vida local), creio que *O Carapuceiro* nos serve perfeitamente como ilustração política neste jogo e debate que se estabelece entre as novas tecnologias da informação e comunicação e a questão da identidade.

2.

Um outro ponto importante que quero destacar aqui diz respeito à própria expansão física destas novas tecnologias, pois alguns dados recentes têm revelado diferenças consideráveis em relação aos seus acessos, rebatendo a perspectiva de uma maior democratização de conhecimentos e culturas decorrente das evoluções midiáticas. Em livro já citado, Nestor García Canclini mostra que de acordo com Yoshimo Usumi, secretário-geral da reunião de cúpula de governantes e especialistas que ocorreu entre os dias 10 e 12 de dezembro de 2003 em Genebra, 97% dos africanos não têm acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, enquanto Europa e Estados Unidos concentram 67% dos usuários de Internet³³⁰. Numa realidade próxima à brasileira, Canclini aponta na mesma obra que, segundo os dados da Pesquisa Nacional da Juventude do México, 77% dos lares mexicanos com jovens dispõem de televisão (em sinal aberto), enquanto só 6% possuem mecanismos para freqüentar o ciberespaço.³³¹

Na presença de tais dados, cabem aqui as perguntas: como considerar popular as produções dos novos meios tecnológicos informacionais e comunicacionais (os sítios da Internet estão entre elas) para as quais o acesso a seus suportes ainda esteja tão restrito? E, mais diretamente no que diz respeito a esta tese, como adjetivar da mesma

³²⁹ MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Tecnicidades, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século*. In: MORAES, Dênis de (org.). *Sociedade midiaticizada*, pág. 76.

³³⁰ CANCLINI, Nestor García. *Diferentes, desiguais e desconectados*, pág. 225.

³³¹ *Ibid.*, pág. 212.

forma um objeto cuja audiência esteve longe de se comparar aos índices de produções realizadas por outras mídias?

Em relação à primeira, pode-se argumentar que, mediante a trajetória de crescimento de público consumidor já observada na história de meios massivos anteriores (como, por exemplo, o rádio e a televisão) e o curto período de existência das novas tecnologias de informação e comunicação (como a Internet, caso referido nesta tese), a maior popularidade destas últimas mídias é uma questão de tempo. E, de acordo os números estatísticos atuais, de pouco tempo ou nenhum, conforme se observa em algumas situações nos países de primeiro mundo (os ingleses, por exemplo, atualmente passam mais horas utilizando a Internet do que a televisão, segundo pesquisa da *TNS*³³² encomendada pelo *Google*³³³). Recentemente o instituto de pesquisa *eMarketer*³³⁴ divulgou que pelo menos 1 bilhão de pessoas no mundo têm acesso a Internet, dos quais 845 milhões a utilizam regularmente. Para se ter uma idéia do crescimento do ciberespaço, no relatório trimestral do *State of the Blogosphere*³³⁵, divulgado em novembro de 2006 pela *Technorati*³³⁶, consta que 100.000 novos *blogs* são criados a cada dia, indicando que a “blogosfera” dobra de tamanho a cada 230 dias (com 55% dos endereços ativos ou atualizados pelo menos uma vez nos últimos três meses). No Brasil, o *Ibope*³³⁷ divulgou uma pesquisa na qual mostra que desde setembro de 2000 o número de pessoas com acesso residencial cresceu 113%, o que significa um aumento de 9,8 milhões para 21 milhões de usuários. O *Blog dos Blogs*, coluna do sítio *IDGnow!*³³⁸, ainda aponta números maiores, 32 milhões de internautas brasileiros, cifra que, segundo o referido endereço eletrônico, coloca a nova tecnologia de comunicação como a segunda maior mídia do

³³² Sigla da *Taylor Nelson Sofres*, empresa de pesquisas de mercado e informação sediada em Londres (www.tns-global.com).

³³³ Empresa que criou e mantém o maior sítio de busca da Internet, o *Google Search* (www.google.com).

³³⁴ Dedicado a pesquisas de mercado e análises das tendências dos *e-business*, marketing *on-line*, mídias e tecnologias emergentes (www.emarketer.com).

³³⁵ Coluna publicada no sítio da *Technorati* (ver logo adiante) sobre pesquisa de *blogs*, escrita por David Sifry, especialista em Ciência da Computação e um dos fundadores da referida empresa.

³³⁶ Sítio-empresa de pesquisa que revela e organiza *blogs* e outras formas de utilizações independentes na Internet (www.technorati.com).

³³⁷ Empresa de pesquisa brasileira que há 6 anos mede a audiência da Internet no país.

³³⁸ Sítio da *IDG - International Data Group* no Brasil (www.idgnow.uol.com.br), empresa de comunicação para o mercado de tecnologia da informação.

país, à frente da televisão à cabo (13 milhões de telespectadores), revistas (também 13 milhões de leitores) e jornais (3,1 milhões de leitores).³³⁹

Ainda em relação à primeira questão, o próprio Canclini na obra mencionada acima admite o aumento da utilização de novas tecnologias, mesmo entre aqueles considerados excluídos - social e etnicamente - da “sociedade global”, chamando a atenção de forma positiva para as capacidades de realizações derivadas dos seus usos. No entanto, o antropólogo também alerta acertadamente para as condições nas quais, muitas vezes, as incorporações destes usuários são efetivadas. Segundo o autor:

Nas últimas décadas, multiplicaram-se os usos de tecnologias avançadas (computadores, satélites) por parte de indígenas e pobres suburbanos. O fato de que estes setores excluídos da educação, das línguas hegemônicas e de outros dispositivos modernizadores imediatamente utilizem os computadores para registrar suas lendas orais, comuniquem-se com movimentos equivalentes em zonas distantes e estabelecer solidariedade política – tal fato mostra a potencialidade destes recursos tecnológicos. Da mesma forma, revela a facilidade com que as culturas tradicionais podem passar à “segunda oralidade” dos meios audiovisuais e eletrônicos. Mas é necessário investigar o resultado destas incorporações ocasionais, relativamente isoladas, às redes avançadas de conhecimento. Que impacto têm nos milhares de aldeias e cidades que carecem de equipamentos tecnológicos e até mesmo de eletricidade? No Brasil, por exemplo, o Comitê para a Democratização da Informática começou a instalar em 2003 computadores em três aldeias indígenas (das etnias achaninca, iauanauás e sapucaí), que não dispõem de redes elétricas e telefônicas, e recorrem a placas que captam energia solar. Efetivamente os satélites podem levar à Amazônia informação sobre o que ocorre nos mercados internacionais com os produtores agrícolas destes indígenas, mas a “democratização informática” é só uma parte do conjunto de inserções socioeconômicas, formação de hábitos de conhecimento e processamento crítico dos dados necessários. Na falta destas condições contextuais, a conexão a redes informáticas oferece saberes de baixa ou nenhuma utilização.³⁴⁰

Entre a ausência de tais condições contextuais para a possibilidade efetiva de uma “democratização informática”, o debate em torno da educação (expressa no trecho citado pela necessidade de “formação de hábitos de conhecimento e processamento crítico dos dados necessários”) se mostra como dos mais fundamentais, isto porque, para além das carências de auto-conhecimento e postura crítica, com o advento e disseminação das novas tecnologias de informação e comunicação tem ficado cada vez mais evidente que é preciso uma postura pedagógica que atente para a multiculturalidade, ou melhor, para a interculturalidade

³³⁹ Os dados estatísticos das pesquisas citadas neste parágrafo foram retirados do *Blue Bus* (www.bluebus.com.br), página eletrônica fundada em 1995 que funciona como um guia diário de informações sobre mídias.

³⁴⁰ CANCLINI, Nestor García. *Diferentes, desiguais e desconectados*, págs. 235 e 236.

e o trânsito de conhecimentos, informações, culturas etc., que ela desencadeia. Uma atitude educacional para a interculturalidade que, de acordo com o próprio Canclini, permita a continuidade de pertencimentos étnicos, comunitários e grupais (e mesmo nacionais), junto com o acesso fluido aos repertórios transnacionais difundidos pelos meios de comunicação urbanos e de massa, tendo em vista que:

A conjugação de telas de televisão, computadores e videogames está familiarizando as novas gerações com os modos digitais de experimentar o mundo, com estilos e ritmos de inovação próprios destas redes, bem como com a consciência de pertencer a uma região mais ampla do que o próprio país, a um tempo em que se interconectam mediante histórias distintas. Conhecer implica socializar-se na aprendizagem das diferenças, no discurso e na prática dos direitos humanos interculturais.³⁴¹

Por sua vez, pensar numa “prática dos direitos humanos interculturais” remete a uma outra discussão: a política. Considerando que o auto-conhecimento das sociedades e comunidades e a própria consciência de seus lugares entre as demais vêm sendo constituídos substancialmente nas redes comunicacionais (cada vez mais as ligadas as tecnologias digitais) e nas produções narrativas, musicais e audiovisuais industrializadas, tal fato exige políticas de inclusão digital que possibilitem e assegurem o acesso democrático a diversidade e a interculturalidade nos circuitos (de informações e conhecimentos) transnacionais. Políticas que incentivem a desconcentração de poder e não os monopólios das redes tecnológicas, que promovam o desenvolvimento e a autonomia de países, regiões, localidades, pequenos grupos etc. pobres e não a subordinação às cadeias de marketing geradas no mundo rico. Enfim, políticas que estimulem a liberdade e não o aprisionamento às redes privadas monopolistas.

À primeira vista, as novas tecnologias de comunicação e informação parecem oferecer diversas vantagens sobre os meios de comunicação tradicionais, colocando-se como um ideal para a comunicação democrática, sobretudo porque os seus dispositivos interativos e multifuncionais oferecem novas possibilidades para a participação descentralizada. No entanto, como vimos acima nos números oferecidos por Canclini, tais tecnologias, instaladas em uma ordem mundial excludente, podem reproduzir a lógica de funcionamento desta, gerando um verdadeiro *apartheid* digital. Nos debates em torno das políticas de democratização de acesso e uso destas novas

³⁴¹ CANCLINI, Nestor García. *Diferentes, desiguais e desconectados*, pág. 237.

tecnologias, algumas iniciativas aparecem como importantes para, se não acabar com a exclusão aos *desconectados*, diminuir a distância entre os números destes em relação aos usuários *conectados* no planeta.

Uma destas ações diz respeito à participação dos governos (em todas as suas instâncias, principalmente a nacional) na implementação de políticas de inclusão da população nos novos ambientes tecnológicos, tanto através da disponibilização dos suportes materiais de uso e acesso (como computadores, redes de conexão etc.) como também, conforme foi adito acima, na implementação de uma política educacional crítica, atenta para o próprio auto-conhecimento (local, regional, nacional etc.) e para o contexto multi e intercultural do mundo contemporâneo.³⁴²

Outras iniciativas exemplares se referem ao incentivo à utilização de *softwares* livres e a discussão do direito de autor (ou da propriedade intelectual), ambas relacionadas entre si. Aqui é preciso inicialmente definir que *softwares* livres são programas de computadores que podem ser usados, copiados, estudados, modificados e redistribuídos sem restrições (ou com uma licença de *software* livre), ou seja, sem ter que pagar direitos a proprietários (*Copyright*) por quaisquer dessas operações. O estímulo ao uso destes programas (e a conseqüente liberdade de troca oferecida por eles) é uma atitude bastante vantajosa para seus usuários, tendo em vista serem economicamente mais democráticos (financeiramente menos custosos) e

³⁴² Aqui vale destacar as iniciativas do governo federal brasileiro atual que vem desenvolvendo vários programas de inclusão digital tais como: Casa Brasil – programas de implementação de espaços multifuncionais de conhecimento e cidadania em comunidades de baixo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), constituídos de um telecentro (com o uso de *software* livre) e pelo menos dois outros módulos que podem ser uma biblioteca popular, um auditório, um estúdio multimídia, uma oficina de produção de rádio, um laboratório de popularização da ciência ou uma oficina de manutenção de equipamentos de informática, e um espaço para atividades comunitárias, além de um módulo de inclusão bancária nas localidades que for possível; Centros Vocacionais tecnológicos – programas de implementação unidades de ensino e de profissionalização, voltados para a difusão do acesso ao conhecimento científico e tecnológico, conhecimentos práticos na área de serviços técnicos, além de transferência de conhecimentos tecnológicos na área de processo produtivo; Computador para Todos – programa voltado para a classe C que permite à indústria e ao varejo a oferta de computador e acesso à Internet a preços subsidiados e com linha de financiamento específica, além da isenção de impostos PIS/COFINS; Pontos de Cultura – programa que tem como objetivo apoiar iniciativas locais/populares por meio de repasse financeiro de até R\$ 185.000,00; entre outros. Fonte: www.inclusaodigital.gov.br/inclusao/outros-programas.

intelectualmente mais estimulantes, já que não precisam de muitos trâmites para a própria utilização e/ou para a elaboração de novos *softwares* a partir deles.³⁴³

O espírito colaborativo contido na “filosofia” do *software* livre levou imediatamente a questionamentos sobre o direito de propriedade intelectual, servindo de exemplo e inspiração para que outros bens intelectuais também começassem a evoluir no sentido da produção de trabalhos coletivos e abertos. De acordo com Ronaldo Lemos, diretor do Centro de Tecnologia e Sociedade da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas, “tudo indica que o modelo do software livre não mudou apenas a história do software, mas também criou uma nova forma de organização econômica, com impacto profundo nas formas de produção e organização globais como um todo”³⁴⁴. Mediante os impasses jurídicos em torno dos direitos de autoria criados pelos questionamentos levantados pelo *software* livre, novas formas de licenças de uso e propriedade intelectual foram (e continuam sendo) elaboradas para tentar suprir as lacunas das leis tradicionais que tratam do assunto. Entre estas formas, destaca-se a criação do modelo *Creative Commons*. Segundo Lemos:

o Creative Commons cria instrumentos jurídicos para que um autor, um criador ou uma entidade diga de modo claro e preciso, para as pessoas em geral, que uma determinada obra intelectual sua é livre para distribuição, cópia e utilização. Essas licenças criam uma alternativa ao direito de propriedade intelectual tradicional, fundada de baixo pra cima, isto é, em vez de criadas por lei, elas se fundamentam no exercício das prerrogativas que cada indivíduo tem, como autor, de permitir o acesso às suas obras e a seus trabalhos, autorizando que outros possam utilizá-los e criar sobre eles.³⁴⁵

Neste novo quadro de discussão jurídica em torno do direito de propriedade intelectual, modelos de licenças como o *Criative Commons*, portanto, pretendem desenvolver e estimular formas cooperativas, garantindo-as juridicamente e, sobretudo, dando liberdade aos autores, criadores e detentores de direitos para que

³⁴³ O *Software* Livre como movimento organizado começou em 1983 quando o programador americano Richard Stallman deu início ao projeto *GNU*, fundando, dois anos depois, a *Free Software Foudation* (FSF). Stallman introduziu os conceitos de *software* livre e *copyleft* que foram desenvolvidos como intuito de garantir que a liberdade dos usuários dos programas computacionais fosse preservada. São *softwares* livres conhecidos: os sistemas operacionais *GNU/Linux*, *BSD* e *Darwin*; os navegadores de web *Firefox* e *Konqueror*; o *Media Wiki*, sistema da *Wikipédia*; entre outros. Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Software_livre. Informações importantes sobre o tema estão no próprio sítio da *FSF* (www.fsf.org) e também no livro *Software livre e inclusão digital*, organizado por Sérgio Amadeu da Silveira, presidente do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação.

³⁴⁴ LEMOS, Ronaldo. *Direito, tecnologia e cultura*, pág. 82.

³⁴⁵ *Ibid.*, pág. 83.

eles mesmos possam gerenciar seus bens, para que possam ter o poder de dizerem que não se importam com a utilização, a distribuição e até a modificação de suas obras por outras pessoas³⁴⁶. Tais modelos, sem dúvida, são avanços no sentido de ampliação do domínio público a favor do estabelecimento de uma universalidade criativa e democrática em relação à informação, conhecimentos e bens culturais. Portanto, tanto a utilização de *softwares* livres como de licenças de uso e propriedade intelectual tem sido caminhos na luta pela democratização do ciberespaço e, de uma forma mais geral, das novas tecnologias de informação e comunicação, afim de torná-los mais populares.

Sobre a segunda pergunta, serei mais breve. Sua resposta se fundamenta na interpretação d'*O Carapuceiro* como expressão da definição preferida por Stuart Hall de cultura popular que foi exposta no segundo capítulo. Nesta definição, como vimos, o essencial para uma categorização de cultura popular não são as questões relativas a sua autenticidade ou a sua integridade orgânica, mas sim as relações que a colocam em uma tensão contínua com, no caso específico aqui, culturas dominantes. Uma perspectiva, portanto, que atenta, em primeiro lugar, para as relações entre cultura e as questões de hegemonia, interessando-se pelas práticas conseqüentes de tudo aquilo que é tomado como popular, principalmente pela dupla capacidade de resistência as incorporações hegemônicas e de estabelecer conflitos entre a cultura do(s) bloco(s) de poder e os segmentos sociais subalternos.

Apesar da audiência d'*O Carapuceiro* não ser comparável aos números de outras criações e/ou produtos dos meios massivos e mesmo de outros sítios da Internet, creio que a página eletrônica responde a definição de cultura popular de Stuart Hall mencionada acima, tendo em vista que os seus textos constantemente evidenciavam choques entre os conteúdos expostos pelos autores e as várias representações de posições consideradas hegemônicas. Entre os exemplos ilustrativos possíveis, as próprias críticas às tradições nordestinas (fatos e personagens históricos, políticos herdeiros do poder das velhas oligarquias locais e artistas que instituem a

³⁴⁶ O citado *Re:combo*, coletivo multimídia idealizado e coordenado por h. d. Mabuse, foi um dos pioneiros no Brasil no licenciamento de obras para recombinação e modificação. O coletivo inspirou a licença de Recombinação (nome em sua homenagem, mas também chamada de licença de *Sampling*) desenvolvida pelo próprio *Creative Commons* e pela Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro.

região de forma folclorizada) e aos discursos e/ou interpretações estigmatizados do Nordeste construídos em regiões hegemônicas (mais destacadamente no Sudeste) apresentadas no último capítulo, confirmam a disposição para o conflito ou, ao menos, para questionamentos (posição talvez mais precisa para o caso) d’*O Carapuceiro* frente às forças instauradoras de “sentidos”, colocando-o num lugar de resistência em relação a estas. Desta forma, diante de tais posturas, pode-se dizer que o sítio, durante todo seu período de existência, se apresentou, cumprindo o papel de toda cultura considerada aqui “genuinamente” popular, como palco para a dialética da luta cultural.

3.

Em dois parágrafos bastante semelhantes que pertencem a dois de seus livros, Nestor García Canclini oferece argumentos importantes para questionamentos em torno da questão do popular e da posição assumida por mim nesta tese. Apesar de parecidos, exponho-os aqui, pois cada um merece ser comentado em decorrência das afirmações peculiares que eles sugerem. Comentarei-os após suas reproduções abaixo. Por mera ordem cronológica, transcrevo primeiro o contido na obra *Culturas híbridas*:

Os neogramscianos vêem a cultura, mais que como um espaço de distinção, de conflito político entre as classes, como parte da luta pela hegemonia. Por isso, esse modelo é utilizado por aqueles que destacam a autonomia, a capacidade de iniciativa e oposição dos setores subalternos. Ainda que a complexa concepção gramsciana, enriquecida por antropólogos recentes (Cirese, Lombardi, Satriani, Signorelli), evite os riscos mais ingênuos das tendências e espontaneístas, estimulou visões unilaterais e utópicas como as que criticamos nos movimentos “alternativos”. As dificuldades se acentuam, tanto nessa corrente como na reprodutivista, quando seus modelos são usados como superparadigmas e geram estratégias populares às quais se pretende subordinar a totalidade dos fenômenos: tudo o que não é hegemônico é subalterno ou vice-versa. Omite-se, então, nas descrições, processos ambíguos de interpenetração e mescla, em que os movimentos simbólicos de diversas classes geram outros processos que não se deixam organizar sob as classificações de hegemônico e subalterno, de moderno e tradicional.³⁴⁷

No segundo, do livro *Consumidores e cidadãos*, o mesmo autor escreve:

As obras dos antropólogos neogramscianos, sobretudo na Itália, onde se realizaram as contribuições mais valiosas para o estudo do popular, em geral eludem o risco de maniqueísmo: examinam em profundidade a “rede de intercâmbios, empréstimos, condicionamentos recíprocos” entre as culturas hegemônicas e populares. Não obstante, na caudalosa bibliografia que se formou em torno dessa orientação ao longo

³⁴⁷ CANCLINI, Nestor García. *Culturas híbridas*, págs. 274 e 275.

dos anos 1970 e 1980 na América Latina, as complexas relações entre hegemonia e subalternidade costumam ser reduzidas a um simples confronto bipolar. Com base nas vertentes mais políticas e voluntaristas do pensamento gramsciano, proclamou-se uma autonomia e resistência das classes populares dificilmente comprovável. Muitas pesquisas se converteram em registro parcial dos atos por meio dos quais os setores populares davam continuidade a suas tradições, em oposição à ideologia e à política hegemônica.³⁴⁸

Nos dois trechos fica claro o alerta para o risco de se tratar a cultura de forma maniqueísta sob a polaridade do binômio hegemônico/subalterno. Aqui é importante salientar que sendo o pensamento gramsciano um ideário de matriz marxista, tal risco se deve a perspectiva de tomar a noção de hegemonia como instrumento de poder para a conservação do sistema como um todo ou, ao contrário, como força contra-hegemônica a favor de uma futura ordem comunista (comentei sobre o assunto no segundo capítulo). No entanto, conforme o próprio Canclini coloca na seqüência deste último livro citado, sabemos já há algum tempo que:

A partir das contribuições de Michel Foucault e de estudos empíricos sobre os movimentos sociais, deixou-se de perceber o poder apenas como uma ação dominadora exercida verticalmente sobre os dominados e passou-se a considerá-lo como uma prática descentrada e multideterminada das relações políticas, cujos conflitos e assimetrias são moderados pelos compromissos entre os atores colocados em posições desiguais. Nem mesmo nas concentrações monopólicas do poder, acentuadas pelas políticas neoliberais, existe uma manipulação onipotente das relações socioculturais.³⁴⁹

Ao tomar *O Carapuceiro* como objeto para discussão da identidade nordestina, não pretendo muito mais do que, além de primordialmente enriquecer o debate sobre o tema, fazer um registro de uma produção literária popular que durante sua existência se colocou “em oposição à(s) ideologia(s) e à(s) política(s) hegemônica(s)”. Porém, gostaria de chamar a atenção para o valor deste registro (como de outros possíveis), não como mero documento “parcial” no sentido um tanto desqualificador que o adjetivo deixa entender no trecho citado acima. Creio que, diante da descrença reinante nas atitudes e instrumentos que se apresentam como resistentes à lógica neoliberal dominante do mundo contemporâneo que tudo despotencializa, seja através da massificação de produções e realizações culturais monopólicas ou da fragmentação homogeneizadora que os apreende em rótulos “domadamente qualificantes”, o registro de tais iniciativas é de grande valor na

³⁴⁸ CANCLINI, Nestor García. *Consumidores e cidadãos*, pág. 200.

³⁴⁹ *Ibid.*, pág. 201.

construção da(s) história(s) das resistências populares. Pois, se estas não nos conduzem a uma (utópica) transformação total da realidade em que vivemos, servem-nos ao menos, o que já é de grande valia, como motor de inquietações, estimulando interpretações críticas e posturas políticas mais engajadas frente às situações de opressão e de indiferença impostas ou sugeridas pelas forças hegemônicas. Se não registrarmos ou, ainda, acreditarmos na(s) história(s) das lutas das manifestações populares, não serão estas últimas forças que irão fazê-la e, muito menos, creditá-la.

Gostaria ainda de destacar um aspecto ressaltado no primeiro trecho que diz respeito à omissão aos processos de hibridização (constantemente exaltados pelo autor) ou, como escrito no trecho, aos “processos ambíguos de interpenetração e mescla, em que os movimentos simbólicos de diversas classes geram outros processos que não se deixam organizar sob as classificações de hegemônico e subalterno”. Para o caso d’*O Carapuzeiro*, a acusação de tal omissão, conforme vimos em suas características, não procede. Aliás, o emprego de referências de vários universos culturais, dando uma feição híbrida ao conteúdo do sítio, serviu como estofa na crítica a tradição e as interpretações estigmatizadas dos elementos da cultura nordestina. Como já foi dito acima: expor, ou melhor, reivindicar a heterogeneidade e a possibilidade de hibridações culturais é uma atitude política eficaz para não se submeter à lógica homogeneizadora das identidades interessadas.

No entanto, não podemos perder de vista também a existência de um risco da diluição dos conflitos nos processos de hibridações, principalmente se estes forem geridos ou estrategicamente articulados por forças hegemônicas. A supervalorização, por exemplo, de adjetivos como “ecclético”, “fusion”, “mélangé” (ou mesmo no português, “misturado”) na crítica cultural contemporânea (com bastante frequência na crítica da música popular) serve como rápida ilustração. Para além das especulações sobre “o quê se mistura”, pouca atenção se dá “ao porque se mistura”. Se for para fugir, escrevo mais uma vez, à lógica homogeneizadora das identidades interessadas, tais processos potencializam conflitos que podem representar a luta tanto por estéticas mais plurais como por sociedades mais democráticas. Se for para atender as demandas da indústria cultural, eles tendem ao corporativismo e ao

reacionarismo estético e cultural (e, em última instância, social), promovendo constantemente, a “uniformização das diferenças”.

4.

As novas abordagens culturais que emergem no Nordeste contemporâneo têm contribuído contra a fossilização que as culturas nordestinas sofreram – e ainda sofrem – ao longo da história no país. Suas provocações nos concedem, cada vez mais, a percepção de que o que se chama de “cultura nordestina” é um complexo cultural historicamente construído ao longo dos dois últimos séculos, que ajudou (e ainda ajuda) a escamotear e a dissipar a própria heterogeneidade de culturas e interpretações existentes na região, em nome da defesa de uma cultura supostamente específica e genuína.

A “desconstrução” crítica do Nordeste que vem ocorrendo nas duas últimas décadas, sobretudo no âmbito da cultura, tem questionado discursiva e imageticamente os clichês e os estereótipos elaborados em torno da região, revelando-a, pelo contrário, como local de proposições e criações artístico-culturais híbridas e inesperadas, abertas aos diálogos sugeridos pela intensidade dos novos fluxos transculturais que ocorrem no mundo atual, mas, ao mesmo tempo, atentas as suas próprias condições (materiais, históricas etc.) de produção. Tal postura crítica tem ajudado no sentido de possibilitar uma outra percepção da região, chamando a atenção para a diversidade de suas áreas e seus processos criativos distintos. Nesta direção, gostaria de voltar para a referenciada (e reverenciada) obra *A invenção do Nordeste e outras artes*, onde, na penúltima página, Durval Muniz de Albuquerque Jr. faz a seguinte colocação:

É preciso questionar as lentes com que os nordestinos são vistos e se vêem e com que enunciados os nordestinos são falados e se falam... ...Temos de começar por destruir o Nordeste e o nordestino, assim como o Sul e o sulista, como estas abstrações preconceituosas e estereotipadas, buscando conhecer as diversidades constitutivas de cada área e de cada parcela da população nacional e, o mais importante, nos preparando para suportar a diferença, para respeitá-la.³⁵⁰

Antes de tecer um comentário final sobre o lugar d’*O Carapuceiro* nesta “desconstrução” crítica do Nordeste, gostaria também de citar mais uma vez Moacir

³⁵⁰ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do nordeste e outras artes*, pág. 316.

dos Anjos que no último parágrafo do seu citado livro - outro trabalho de valor inestimável para esta tese - escreve:

No início da década de 1970, Hélio Oiticica disse que o Brasil *não* existia, sugerindo, é provável, a dissolução de uma idéia hegemônica do país, a qual iria efetivamente ocorrer, ainda que de forma gradual e lenta, nas décadas seguintes. Talvez seja possível dizer que o Nordeste do Brasil, como espaço de limites simbólicos definidos, tampouco exista. Permanece, em todo caso, como repositório de símbolos, mitos, técnicas, imagens e procedimentos que o confirmam como um partícipe da diversa, complexa e impura herança cultural do mundo. E se é pouco prudente tentar estabelecer os contornos precisos de uma idéia de Nordeste no mundo contemporâneo, pode-se afirmar, com alguma segurança, que as distinções dicotômicas presentes em debates travados na primeira metade do século XX (tradição *versus* europeização, Regionalismo *versus* Modernismo) não mais fazem sentido. As produções de seus artistas não buscam afirmar a identidade de um território com fronteiras rígidas nem têm pretensões de nacionalizar o que é falado de um lugar do país. Somadas, apenas participam, de uma posição específica, dos embates transculturais que a globalização ativa.³⁵¹

É neste sentido que *O Carapuceiro* – uma página entre outras – tenta fazer com que o Nordeste “não exista” ou, em outras palavras, o reinventa, tomando-o como ponto de partida para a criação de uma região (um lugar, um ponto) de imaginário mais híbrido, de caráter dialogal, distante de uma perspectiva essencialista de identidade com seus discursos interessados. Mas, por meio e para além desta reinvenção híbrida, creio que o seu maior legado foi o de fazer emergir e potencializar um Nordeste cosmopolita, cujas características identitárias e culturais não são mais estabelecidas de cima para baixo, e sim construídas, continuamente, por representações (sociais, culturais e econômicas) até pouco tempo sem vozes na região. Um legado sem dúvida político, direcionado pela vontade de uma cultura comum, como tudo aquilo que se espera da cultura popular.

³⁵¹ ANJOS, Moacir dos. *Local/global: arte em trânsito*, págs. 69 e 70 (itálicos do autor).